

UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Campus de Marília
Faculdade de Filosofia e Ciências
Departamento de Ciência da Informação

CATALOGAÇÃO COOPERATIVA:
PROPÓSITOS, VANTAGENS E DESVANTAGENS

Erika Alves dos Santos

FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo
de Segurança e Medicina no Trabalho
São Paulo - SP - Brasil

Site: www.fundacentro.gov.br

E-mail: erika.santos@fundacentro.gov.br

Fone: ++ (55 11) 30666315

Fax: ++ (55 11) 30666316

Se existe algo vital para a sociedade humana, e que é disputado por todos como ouro nos garimpos, este algo é a informação. Desde a antiguidade, a informação tem adquirido cada vez maior valor, em especial na área acadêmica e científica. É absolutamente visível a grande disputa por dados novos atualmente. Grandes organizações, empresários, executivos, donas de casa... a necessidade de informações independe da função desenvolvida ou classe social, sobretudo em uma sociedade onde tudo é informatizado, e coisas novas surgem a cada momento.

O campo informacional tem crescido muito, gerando uma enorme gama de áreas específicas e novas pesquisas. Para que um trabalho, principalmente no ramo científico, seja executado com sucesso, é necessário que as informações subsidiárias para seu desenvolvimento sejam encontradas no tempo e local exatos. Para tanto, um sistema eficiente de recuperação de informações, que pelo menos teoricamente é dominado pelos bibliotecários, é requerido. Porém, não é suficientemente eficaz apenas dominar as técnicas de recuperação de informações. É necessário também, aceitar e fazer uso do trabalho em cooperação. A catalogação cooperativa, que tem por objetivo facilitar tanto o trabalho dos bibliotecários no que se refere à catalogação automatizada, quanto os usuários na recuperação de informações, requer uma boa quantia de confiança no trabalho realizado por um outro profissional, e muita responsabilidade, pois, o uso inadequado ou desuso dos códigos sugeridos pela biblioteconomia para o desenvolvimento deste tipo de atividade, pode gerar dificuldades no trabalho de outros profissionais bibliotecários que venham a cooperar com o trabalho já feito, quando não comprometer trabalhos de grande relevância, por um simples momento de distração ou descuido, expondo informações de grande peso ao risco da perda.

Catalogar, não é somente descrever um determinado documento segundo as regras do AACR2 (Anglo American Cataloging Rules – 2nd edition), mas multidimensionar suas formas de acesso, de maneira a tornar o documento único dentro de qualquer unidade informacional, fazendo com que este possa ser recuperado a partir de vários pontos de acesso, e não somente pelo título, e/ou autor, como o faz a grande maioria dos catálogos manuais. Ao praticar o ato da catalogação, o bibliotecário deve ter em mente que esta é a atividade que virá a determinar a recuperação ou não do documento catalogado sendo, portanto, uma atividade que deve ser realizada com plena consciência e muita responsabilidade.

A construção de bancos de dados catalográficos, em especial os “megabancos”, tais como os catálogos da *Library of Congress* (LC) e *Online Computer Library Center* (OCLC), não teria sentido, se não houvesse uma razão plausível, como a realização da cooperação bibliográfica mundial, que justificasse tal atividade. No entanto, como já é de conhecimento da comunidade bibliotecária, os processos de idealização, planejamento, execução e gerenciamento destes bancos de dados é um trabalho moroso, que exige um certo nível de especialização dos profissionais e que demanda muito tempo, em especial quando as linguagens usadas pelos sistemas que compõem a rede de cooperação catalográfica são divergentes. Para que uma rede de comunicação entre sistemas de computadores funcione adequadamente, é essencial que estes compartilhem de interoperabilidade de linguagem de processamento e armazenamento de dados. Por exemplo, para um americano que desconhece o idioma português, e que acaba de chegar ao Brasil, é

uma tarefa complicada estabelecer uma comunicação efetiva fluente com um brasileiro, que por sua vez, não entenda o idioma inglês. Assim ocorre com os sistemas de armazenamento de dados. É de fundamental importância que estes compartilhem da mesma linguagem, para desta forma, possibilitar que as informações possam ser transmitidas de um modo fluente, diminuindo a incidência de ruídos na comunicação ou processamento dos dados.

Gerenciar bancos de dados bibliográficos não é tarefa simples e implica que o responsável por esta atividade, ou seja, o bibliotecário, juntamente com o analista de sistemas, possua certas habilidades, e conheça determinadas estruturas, tais como ter senso crítico, capacidade de análise documentária acurada, bem como conhecer e dominar códigos como o AACR2, formatos de intercâmbio bibliográfico, como o MARC 21, e as normas ISO e ABNT, referentes à criação e gerenciamento de registros catalográficos.

No entanto, conhecer e dominar as ferramentas de trabalho do bibliotecário, apenas, não é o suficiente para que um sistema de gerenciamento de bancos de dados bibliográficos funcione corretamente, se apesar de dominar, o bibliotecário não fizer uso efetivo destas que representam o ponto crucial para que um registro bibliográfico seja construído com qualidade, no que concerne à padronização internacional. Com relação ao estabelecimento pleno da padronização, McCallun (1996 p. 6), aponta que “o tempo para o desenvolvimento às vezes é longo devido as requerimentos de consenso, ampla revisão e consulta.”

Não obstante, os bibliotecários devem ter a plena consciência de que se os códigos existem, é para que sejam utilizados, e utilizados efetivamente na sua completude. Mercadante (1995, p. 25), ressalta que

Parece que a grande barreira a se enfrentar em relação ao compartilhamento da catalogação diz respeito à aceitação da filosofia do trabalho cooperativo. Ao se vincular a uma rede, deve-se ter em mente que existem padrões, que eles devem ser seguidos e que a rede obterá consistência e conseqüentemente se fortalecerá através de seus membros.

Não há sentido em elaborar estruturas tão complexas e precisas, tais como o AACR2 e o MARC 21, se estas forem ignoradas, quando o seu uso somente tem a contribuir tanto no trabalho de cooperação bibliográfica, realizado pelos bibliotecários, quanto na busca e recuperação informacional pelos usuários. É de extrema relevância que o profissional que realiza a catalogação cooperativa, tenha plena consciência de que o trabalho por ele desenvolvido pode causar grandes influências em pesquisas científicas ou mesmo no trabalho desenvolvido por outros profissionais da área de Biblioteconomia.

Infelizmente, o que se percebe, atualmente, é que todo o processo de cooperação catalográfica que gera os bancos de dados catalográficos, no Brasil, é algo que não tem sido praticado efetivamente, nas unidades de informação das Unidades de Informação (UIs) das instituições de ensino superior

(IES) do país. Isso é o que nos revela a mensuração dos dados provenientes de questionários enviados a todas as UIs das IES públicas das redes estadual e federal brasileiras. Os dados provenientes da quantificação dos dados deixaram evidentes uma insegurança por parte dos bibliotecários destas instituições em tratar do assunto catalogação cooperativa. Os dados coletados a partir dos questionários nos revelam o seguinte:

O índice de participação das UIs nos programas de catalogação cooperativa ainda é relativamente baixo. Considerando que estas são justamente as unidades informacionais que detêm a grande parte do conhecimento científico nacional, toda e qualquer política de disseminação informacional apresenta um grau de relevância elevado segundo a ótica destas unidades. O que importa, é que a informação seja disponibilizada nas maneiras mais diversas possíveis, assegurando o seu acesso e uso.

Índice de participação das unidades informacionais das IES públicas brasileiras em programas de cooperação catalográfica

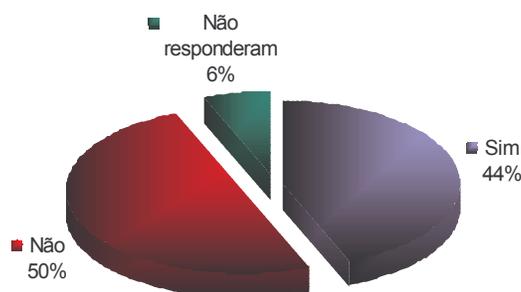


Gráfico 1

Alguns dos motivos alegados pelas unidades informacionais para justificar a sua não participação nos programas de cooperação catalográfica foram a não utilização do formato MARC 21, e o investimento financeiro necessário, o qual é considerado elevado pelas unidades informacionais.

Seria interessante, no caso das UIs das IES brasileiras, se todas participassem da cooperação catalográfica, pois além de todos os benefícios oferecidos por este programa, estas instituições constituem as principais detentoras do conhecimento no meio acadêmico-científico. Desta forma, a “migração informacional” entre diferentes IES, pode representar um avanço em pesquisas, uma vez que a mesma informação pode ser interpretada e aplicada sob óticas distintas, contribuindo assim, para o amadurecimento do conhecimento humano.

Quanto ao uso de códigos, podemos perceber que há uma sutil divergência que permeia as unidades informacionais, pois ao questionarmos os bibliotecários a respeito do uso dos códigos e padrões biblioteconômicos no

processo de descrição catalográfica e de conversão retrospectiva, percebemos que a grande maioria utiliza o formato MARC 21 e o código de catalogação AACR2, ambos adotados internacionalmente como códigos padrões de descrição catalográfica, embora algumas unidades utilizem outros códigos, considerados 'não padronizados'.

Códigos utilizados pelas unidades informacionais das IES públicas brasileiras para adequação dos registros catalográficos no ato da conversão retrospectiva

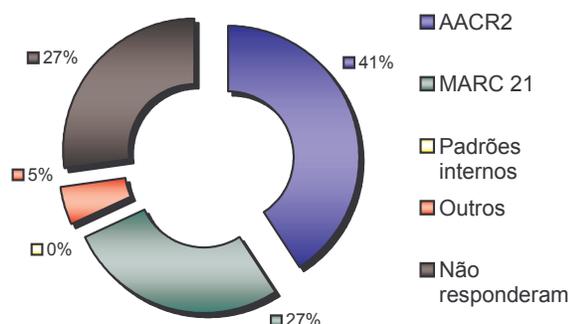


Gráfico 2

Durante o processo de conversão retrospectiva, as unidades informacionais necessitam consultar bases de dados catalográficas das quais os registros catalográficos a serem compartilhados serão retirados, consolidando, desta forma, a cooperação na catalogação. Entre os bancos de dados catalográficos consultados pelas bibliotecas no ato da conversão retrospectiva temos o BIBLIODATA, LC e OCLC. Outros bancos de dados também foram citados: *National Library of Medicine* (NLM), Biblioteca Nacional (BN), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Biblioteca Nacional da Espanha, bem como a ferramenta para acesso simultâneo a aproximadamente 700 bancos de dados on-line *Bookwhere*, e os catálogos de qualquer unidade informacional que disponibilize seu banco de dados catalográficos em formato MARC 21 em linha.

Foi pedido ainda, aos bibliotecários, na última questão do questionário, que estes profissionais elaborassem uma definição para o programa de catalogação cooperativa. A compilação destas respostas nos permitiu formular a seguinte definição: "É uma forma de compartilhar registros catalográficos, agilizando o processo de representação descritiva e a disponibilização informacional, compartilhando recursos e acelerando o processo de preparo do material de informação, visando a formação de um banco de dados catalográficos padronizados, como uma ferramenta que permite a qualidade da organização do conhecimento em âmbito nacional e internacional."

Dentre as 16 instituições que devolveram os questionários respondidos, sete não manifestaram resposta alguma para esta questão. Dentre as oito IES que responderam a esta questão, apenas cinco instituições apresentaram

uma definição plausível. As demais IES retornaram respostas que não podem ser consideradas definições, pois apresentam apenas comentários do tipo: “essencial para o trabalho de processamento técnico dos livros”, ou “de grande utilidade pois é uma forma de agilizar o processamento técnico. De não fazer uma catalogação que alguém já fez. Evita o desperdício de tempo, a duplicidade de serviço”, ou ainda: “A catalogação cooperativa não é uma prática da biblioteca da nossa instituição. Obs: é importante destacar que participamos de outros sistemas cooperativos, como o CCN – Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas ; COMUT – Programa de Comutação Bibliográfica; Bireme.”

O que ressaltamos aqui é a insegurança destes profissionais bibliotecários, demonstrada pelo fato de estes não estarem aptos para definir com exatidão uma atividade que é desenvolvida por eles. No caso desta última instituição, cuja resposta foi transcrita acima, podemos considerar que o fato de a unidade não participar de um programa de catalogação cooperativa, não impede a elaboração de uma definição pertinente para o programa. Além disso, o Catálogo Coletivo Nacional (CCN) e o COMUT são programas distintos que não têm ligação alguma com o programa de catalogação cooperativa.

A prática da catalogação cooperativa, implica no uso de padrões, que visam simplificar as atividades biblioteconômicas. Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, procuramos evidenciar que a adoção de padrões no ato de descrição catalográfica cooperativa é muito importante, não só por questões práticas, mas também por aspectos éticos, pois não há sentido despender tanto esforço na elaboração de inúmeras normas, tais quais as da área biblioteconômica, se estas forem simplesmente ignoradas. Não tem sentido, até mesmo porque, as normas e códigos, por mais complexos que sejam em sua estrutura, facilitam e simplificam o trabalho bibliotecário.

Dentre as normas biblioteconômicas negligenciadas, se encontra a norma 10524-Preparação de Folha-de-rosto de Livro, da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Esta norma técnica apresenta os elementos que devem constar na folha-de-rosto de livro, sendo, portanto indispensável do ponto de vista biblioteconômico, no que diz respeito à facilitação do trabalho de descrição catalográfica. Segundo o AACR2, diversos são os dados que devem ser retirados da página de rosto para a elaboração de dados catalográficos, por constituir esta, a principal fonte de informação, catalograficamente falando. No entanto, se as fontes de informações apontadas pelo AACR2 contiverem de fato, todos os dados necessários para a elaboração de registros catalográficos de qualidade, a disseminação informacional fluirá melhor dentro dos centros informacionais, visto que com todos os dados reunidos em um único local, a descrição bibliográfica se torna mais simples e organizada, evitando que o catalogador percorra todo o documento para identificar um dado que, na verdade, deveria estar na página de rosto.

Para fins de verificação se a norma NBR10524 – Preparação de Folha-de-rosto de Livro realmente causa um impacto benéfico no campo da catalogação cooperativa, realizamos o confronto desta com o AACR2, para constatar a eficácia ou não do uso desta norma como facilitadora do fazer biblioteconômico, e se esta apresenta os subsídios necessários para a elaboração de registros catalográficos otimizados.

Como é possível observar, a norma NBR10524 determina que várias informações apontadas pelo AACR2 sejam impressas na página de rosto dos documentos, e sugere até dados não mencionados pelo AACR2, mas deixa de fazer menção a outros dados importantes, passíveis de indicação em um registro catalográfico, como por exemplo, a indicação de série. Desta forma, podemos considerar que, a norma NBR10524, embora apresente diversos pontos em comum com o AACR2, não pode ser considerada um padrão de qualidade dentro dos padrões catalográficos, e precisa, sim, ser revista, senão reconstruída, levando em consideração todos os pontos apresentados anteriormente, bem como todos os avanços tecnológicos que o mundo tem assistido ao longo dos últimos anos.

Com a finalidade de analisar as condições do grau de uso do código de catalogação AACR2 pelas instituições catalogadoras, na intenção de verificar a padronização dos registros nos bancos de dados catalográficos, foi realizada a seleção e coleta de três registros catalográficos, captados dos bancos de dados catalográficos: BIBLIODATA, LC e OCLC. São eles: Os Lusíadas / Luís de Camões, Yayá Garcia / Machado de Assis e Plantation Boy / José Lins do Rêgo.

O resultado desta análise, infelizmente nos revela, que as regras de catalogação parecem estar sendo esquecidas pelos bibliotecários, que demonstram uma preferência em deduzir a pontuação adequada para cada local, ou mesmo adaptar as regras as suas próprias necessidades, visando o conforto próprio, quando este profissional deve trabalhar, pensando em outros profissionais que possam vir a cooperar com o trabalho de catalogação por ele desenvolvido, e, principalmente, na satisfação total do usuário final.

Assim, a situação da cooperação catalográfica deve ser repensada, visto que esta é uma atividade que tem sido negligenciada, desde a elaboração das páginas de rosto dos livros, que por consequência, influencia também na realização da representação descritiva dos documentos e na inserção dos registros nos bancos de dados catalográficos.

Não há porque, desenvolver todo o trabalho de catalogação cooperativa se, a razão de ser de uma unidade informacional, ou seja, o usuário/cliente, não for beneficiado. Uma vez que se utiliza sistemas de gerenciamento e recuperação informacional automatizados, que provêm acesso remoto aos dados, não se pode deixar de lado o desenvolvimento de uma interface amigável com o pesquisador, fazendo uso de uma linguagem simples, clara, e objetiva, o que possibilita bons resultados de buscas informacionais em tempo recorde.

No entanto, o alto índice de qualidade nas pesquisas informacionais, somente pode ser alcançado, a partir do momento em que o trabalho de cooperação catalográfica é realizado por profissionais qualificados que tenham plena consciência da importância do bom desenvolvimento de suas tarefas, e o bom senso e a ética de aceitar os trabalhos desenvolvidos por outros bibliotecários, igualmente qualificados para o desenvolvimento das atividades biblioteconômicas.

Enquanto isso não acontece, continuamos nesta situação onde, os bancos de dados catalográficos têm seus padrões de qualidade reduzidos, num cenário em que regras de catalogação internacionalmente adotadas, e normas

oficialmente aceitas pela Biblioteconomia são desprezadas, acarretando que o trabalho de descrição bibliográfica, o qual visa o Controle Bibliográfico Universal, seja duplicado, quando não triplicado, quadruplicado, e assim sucessivamente, promovendo diversas interpretações para um mesmo dado catalográfico, gerando ambigüidades, nas buscas bibliográficas. Além destes, outros fatores negativos à construção do catálogo bibliográfico coletivo mundial ocorrem, pois com a duplicação de registros bibliográficos idênticos, os bancos de dados se tornam cada vez maiores. Com isso, os servidores armazenam um grande número de informações desnecessárias, e os bancos de dados constituem arquivos “pesados”, o que acarreta lentidão no processo de recuperação informacional. Segundo Pereira (1998, p.121)

A catalogação, como uma área da Biblioteconomia, tem como função o desenvolvimento de um padrão e normalização internacional da representação documentária, de modo a individualizar um item documentário e ao mesmo tempo multidimensionar suas formas de acesso por meio de recursos tecnológicos que facilitam esta tarefa, visando a disseminação e a padronização das informações, como estratégias fundamentais para o bom desempenho e agilidade no processo de catalogação.

Tomando como ponto de partida o panorama atual da catalogação cooperativa e aplicando a ela, o argumento de Pereira, a conclusão a que chegamos é que a catalogação não tem cumprido seu papel de facilitadora de recuperação informacional. As normas e padrões bibliotecários têm sido de certa forma “ignorados”, a individualização dos itens documentários é algo que não pode ser pensada, enquanto houver duplicidade de registros nos bancos catalográficos, tudo isso, interfere no bom desempenho e agilidade no processo de catalogação mencionado pela autora. Resta-nos pensar em um ponto: de que serve então, a catalogação, nesta onda de “auto-suficiência descritiva documentária”, quando, os bancos de dados são precariamente padronizados, segundo as diretrizes da Biblioteconomia, e as unidades de informação disponibilizam seus dados catalográficos segundo seus próprios critérios de representação descritiva? Nesse contexto, até que ponto podemos assegurar a qualidade de nossos bancos de dados bibliográficos e catalográficos? Será que a satisfação total do usuário/pesquisador no que concerne à recuperação informacional está sendo alcançada na sua plenitude, frente a tantos pontos falhos na área profissional biblioteconômica?

Cabe a nós, bibliotecários, garantir que nenhum ruído interfira na integração usuário-documento-informação, proporcionado pela catalogação, que tem se mostrado essencial na recuperação informacional, em especial nas unidades que atendem a públicos diversificados ou especializados, sobretudo após o advento da Informática, quando, as atividades antes realizadas manualmente, passaram a ser gerenciadas por um computador, ou mesmo uma rede deles, trazendo agilidade no atendimento ao usuário, precisão dos dados, maior qualidade nos serviços prestados e o aumento do rendimento profissional das pessoas envolvidas nos serviços

informativos prestados à comunidade.

Disseminar a informação registrada de maneira ágil e simples tornou-se uma das maiores preocupações da comunidade bibliotecária, senão a maior delas. Neste contexto, a catalogação cooperativa surgiu para somar mais uma ferramenta de trabalho com a qual os gestores da informação e do conhecimento humano podem contar para auxiliar no cumprimento de suas missões profissionais.

Uma das áreas mais exploradas atualmente na Biblioteconomia, a catalogação cooperativa abre a qualquer unidade informacional que venha a aderir a sua política, um leque de acesso informacional muito grande. Isso resulta em pesquisas científicas e/ou mesmo não científicas com maior grau de qualidade e atualidade, sem contar na facilitação da recuperação dos dados, uma vez que este programa de cooperação catalográfica, possibilita a consulta a diversos bancos catalográficos, oriundos de diferentes instituições, aumentando a probabilidade de se encontrar exatamente a informação desejada.

A formação de bancos de dados catalográficos abriu novos horizontes à Biblioteconomia, no que concerne ao gerenciamento de dados catalográficos e a recuperação informacional, e proporcionou também a fusão da Biblioteconomia, com outras áreas do conhecimento humano. Um bom exemplo disso é a Informática, que vê a Biblioteconomia atualmente, como uma área promissora no estabelecimento de parcerias para a criação e gerenciamento de bancos de dados e softwares biblioteconômicos.

Contudo, desenvolver e gerenciar um banco de dados catalográficos, exige a dedicação de diversos profissionais, sem contar a responsabilidade intrínseca ao desenvolvimento de um projeto deste porte. Assim, consideramos que esta atividade deve sim, ser desenvolvida, mas com a condição de que os profissionais envolvidos tenham uma postura responsável com relação a seus trabalhos, e ainda, tenham muito senso de cooperação. Isso favorecerá a devida elaboração dos dados, dentro dos padrões e normas biblioteconômicas, gerados justamente no intuito de facilitar todos os processos ligados ao gerenciamento informacional.

A aplicação de normas e padrões em Biblioteconomia é algo que, comprovadamente, traz inúmeros benefícios à área, mas que infelizmente, tem sido deixada de lado, pois os bibliotecários tem preferido criar seus próprios critérios de descrição catalográfica, ou mesmo adaptar os já existentes, de acordo com suas necessidades ou até mesmo comodidades.

De acordo com os dados coletados a partir da aplicação de questionários aos bibliotecários das universidades da rede pública nacional, podemos observar que a catalogação cooperativa ainda é um tema que gera insegurança, mesmo entre os profissionais que estão inseridos nos programas de cooperação catalográfica. Com isso, o aproveitamento total dos pontos positivos da catalogação cooperativa não são alcançados.

Ressaltamos também que a consciência dos bibliotecários acerca dos pontos positivos para a instituição quando da participação de algum programa de catalogação cooperativa, apenas, não é tudo. É necessário também que haja o senso de cooperação entre todos os que estiverem envolvidos no processo de intercâmbio catalográfico para que haja o estabelecimento da

padronização catalográfica, que implica na interação entre os bibliotecários.

Contudo, o bibliotecário, enquanto gerenciador da informação e do conhecimento humano, precisa defender a disseminação da informação de maneira eficiente, de modo a suprir completamente as necessidades informacionais dos usuários.

A Biblioteconomia vive em uma época em que normas precisam ser revistas, empresas editoriais precisam ser conscientizadas acerca das atividades envolvidas no processo de descrição documentária e os próprios bibliotecários, necessitam ser treinados para que possam ter domínio pleno sobre suas próprias ferramentas de trabalho.

A catalogação cooperativa, embora envolva grande investimento financeiro, dedicação dos profissionais envolvidos no programa, e tempo para seu desenvolvimento, se apresenta como uma ferramenta de trabalho bibliotecária que somente tem a contribuir positivamente no que se refere à descrição documentária e a recuperação informacional. Logo, ela não pode ser deixada de lado pelos profissionais da área biblioteconômica, mas sim estudada e aprimorada, gradativamente, para quem sabe um dia, alcançar o Controle Bibliográfico Universal de uma forma satisfatória, que reúna, realmente a descrição catalográfica de todos os documentos produzidos em um único banco de dados.

Desta forma, será possível oferecer à comunidade, de um modo mais eficiente, o ponto-alvo da Biblioteconomia, que é oferecer informações correntes, em tempo recorde, proporcionando assim o aprimoramento do conhecimento humano.

Referências

McCALLUN, S. What makes a Standard?. *Cataloging & classification quarterly*. 1996 21;(3/4) : 5-15.

MERCADANTE, L. Integração a redes de catalogação cooperativa: UNICAMP X BIBLIODATA/CALCO. *Cadernos da F.F.C.* 1995;4(1):24-8.

PEREIRA, A. M.; SANTOS, P. L. V. A. da C. O uso estratégico do uso das tecnologias em catalogação. *Cadernos da F.F.C.* 1998;7(1/2):121-31